

SACRAMENTO AO PÉ DO MAR: BATISMO DE AFRICANOS NA FREGUESIA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA, BAHIA. 1700-1751

Carlos Eugênio Líbano Soares*

Recebido 15/07/2013 Aprovado 10/12/2013
--

Resumo: O artigo analisa a população africana batizada na freguesia da Conceição da Praia, na cidade de Salvador durante a 1ª metade do século XVIII. Este período se caracteriza por vigoroso aumento do tráfico de escravos africanos, notadamente da África Ocidental, chamados genericamente de minas, que substituíram os africanos centro-ocidentais (chamados na Bahia genericamente Angolas). Apesar de Salvador servir primordialmente como escala do tráfico de escravos para a região das minas, esta a maior consumidora de cativos da África na época, a cidade da Bahia era a grande cidade africana da América portuguesa no período. Ausência de livros de casamento e óbito torna ainda mais valiosa este registro, que mostra a presença forte de mulheres (se contrapondo ao modelo dominante de demografia escrava africana) e a incomum participação de escravos africanos como senhores de outros escravos africanos. A da Conceição da Praia era a preferida pela gente do mar como moradia e trabalho, incluindo os que trabalhavam no mercado atlântico de cativos.

Palavras-chave: Africanos – Cidade da Bahia – Século XVIII.

Abstract: This article examines the African population baptized in the parish of Conceição da Praia in the city of Salvador, during the first half of the eighteenth century. This period is characterized by the substantial increase of the slave trade in Africa, notably West Africa, generically called mines, which replaced the West African Central (generically called Bahia Angolas). Although Salvador primarily as scale of the slave trade to the region of the mines, this is the largest consumer of slaves from Africa at the time, the city of Bahia was the great African city of Portuguese America in the period. Lack of books marriage and death becomes even more valuable time these records, which show the strong presence of women (in opposition to the dominant model of demographics African slave) and the unusual participation of African slaves as masters of other African slaves. Finally, the town of Praia da Conceição was preferred by the seafarer as living and working conditions, including working in the Atlantic market of captives.

Keywords: African - City of Bahia - XVIII Century.

No dia 28 de abril de 1751 a sala da pia batismal da Igreja da Conceição da Praia, (na parte baixa da cidade de Salvador) ainda em fase de construção, foi o cenário de um fato incomum. Nada menos de 35 africanos – dezenove homens e dezesseis

* Doutor em História pela UNICAMP. Prof. Adjunto do Departamento de História da UFBA. *E-mail:* carlos.libano@terra.com.br

mulheres – foram trazidos ao mesmo tempo para receber a unção batismal por um único senhor: Manoel Álvares de Carvalho.

Todos os batizados eram africanos da “costa da Mina” e “adultos”. Receberam nomes comuns, como Josefa e Maria, além de nada menos de sete nomeados ironicamente de “feliz”. Os padrinhos eram somente dois homens: José e Antônio, sendo que não consta a nação de nenhum deles. Ambos eram escravos do mesmo Manoel Álvares de Carvalho. Não havia madrinha. Tudo indica que a cerimônia foi organizada com a maior austeridade e simplicidade, e que os africanos recém ingressos na comunidade católica seriam rapidamente vendidos para o interior da colônia, onde a fome por escravos era muito maior: ou para o Recôncavo baiano do açúcar, em longa crise, ou para a região das minas, onde ainda se pagava nababescamente por africanos novos.

A provável ocupação de comerciante de escravos de Manoel Álvares de Carvalho, se bem que não registrada pelo escrivão da igreja, serve como uma luva para retratar o caráter central da freguesia da Conceição da Praia: a porta de entrada do trato negreiro, e ponto nevrálgico do comércio de rua, dominado por escravos de ganho.

Este artigo busca analisar os registros de batismo de africanos naquela freguesia na primeira metade do século XVIII (entre 1700 e 1751) e partindo destas fontes traçar as características da escravidão naquela área peculiar da Salvador setecentista.

* * *

Conceição da Praia era das freguesias mais antigas da cidade. Fundada no ano de 1623, durante o bispado de D. Marcos Teixeira,¹ nela foi construída a mais antiga igreja em pedra e cal da cidade.² No século XVIII era a área comercial por excelência da cidade. Ali ficava a Alfândega, ponto obrigatório de chegada de todos os produtos importados – incluindo escravos – que entravam na cidade. Era também onde se situava

¹ Para uma visão em detalhes de Salvador no século XIX ver NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador. Aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986. p. 35.

² Geraldo Loyola afirma que esta primeira igreja, construída em pedra, na época de Tomé de Souza, na beira do mar, depois afastada por sucessivos aterros, não desapareceu para dar lugar a colossal Conceição da Praia, terminada em 1765, mas foi oculta durante séculos dentro da nova. Este o argumento central de seu livro. MARTINS, Geraldo Ignácio Loyola Sodré. **Nossa Senhora da Conceição da Praia, 1765: construção ou ampliação?** Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.

a Ribeira das Naus, maior pólo de construção naval na cidade, onde não apenas eram reparados todos os tipos de embarcação, mas também em que se fabricavam as naus de comércio oceânico que faziam a Carreira das Índias, rota que ligava Portugal com América, África e Ásia.³ Formado originalmente de uma longa rua que saía da Preguiça até o Pilar, a Conceição da Praia era facilmente atravessada entre o mar e a montanha, mas trabalhosamente coberta em seu formato longo e estreito.

Na metade do século XVIII ela se iniciava na fronteira com a freguesia do Pilar, onde se situava o Hospital dos Carmelitas Descalços, exatamente abaixo da igreja da Conceição dos Pardos, na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, acima da montanha.⁴ Em seguida vinha o Trapiche de Manoel Pereira de Andrade, o primeiro de muitos de uma área assoberbada pelo comércio marítimo. Dali subia uma das inúmeras ladeiras para a cidade alta, a de Calçada do Pilar, que começava na Cruz do Pascoal. O Cais Dourado tinha particular importância como local de desembarque obrigatório do ouro que vinha das minas. Ele com certeza pagou o portentoso conjunto de prédios de três andares que o caracterizava no século XVIII.

Conceição da Praia também era zona de fortes, na espera de um ataque de piratas que viesse saquear do ouro Del Rey guardado em seus armazéns. Um deles, dos menores, era o forte de São Francisco. Em seguida vinha o Trapiche do Julião, com seus molhes de madeira adentrando o mar para receber os pequenos barcos que saíam das naus ancoradas ao largo. A primeira metade do século XVIII foi marcada pela construção de novos atracadouros de pedra, como o Cais Novo, quase uma linha reta abaixo da Igreja de N^a S^a do Rosário dos Pretos, na cidade alta.

A ameaça representada pela frente da montanha tomava corpo nas chuvas torrenciais que soterravam casas inteiras.⁵ A área portuária era dividida em diferentes ancoradouros para diferentes produtos, como lenha, cal, louça da Índia, farinha, etc. Entre estes temos o Cais da Cachoeira – que recebia produtos do Recôncavo – o Cais de Santa Bárbara, o Trapiche das Grades de Ferro, o Trapiche dos Padres, o de José Pires, a Alfândega do Tabaco e Intendência, e o Trapiche do Azeite de Peixe.

³ Sobre a Carreira das Índias ver LAPA, José Roberto de Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 2000.

⁴ Esta descrição tem por base o relato de VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969. V. 1 (mapa entre as páginas 12 e 13).

⁵ No governo de Dom Rodrigo José de Menezes foi iniciada uma muralha que conteria os deslizamentos da parede da montanha, mas nunca foi concluída. VILHENA, Luís dos Santos. Op. Cit., p. 12.

Entre todos os prédios se destacava a Alfândega, construção volumosa de três andares, onde se pagavam e registravam todos os despachos de importação e exportação legal da cidade da Bahia. Era um dos centros nervosos da administração pública na freguesia.⁶ Mas não resta dúvida que por todo o século XVIII a Ribeira das Naus era o maior estabelecimento público na região. Estrategicamente colocada à cavaleiro da Casa da Câmara, do Palácio dos Governadores e de frente do Forte do Mar, a Ribeira era de longe a mais grandiosa repartição estatal da cidade da Bahia. Servida por um guindaste e um canal onde as embarcações eram levadas ao mar ou consertadas, era mantida por centenas de escravos, a maioria africanos.⁷

A Ribeira era protegida por um forte e uma bateria de artilharia, e mantinha uma pequena caldeira para produção de implementos de ferro. Era ladeado por um grande armazém, inclusive o armazém do Estanco do Sal. Ao lado ficava a residência do Intendente da Marinha, responsável por toda a atividade no estabelecimento. Tudo de frente da portentosa nova igreja da Conceição da Praia, onde milhares de africanos, inclusive aqueles de Manuel Álvares de Carvalho, recebiam o primeiro sacramento da Santa madre Igreja Católica.

Além da matriz, havia na freguesia duas capelas: uma do Corpo Santo, na igreja de São Pedro Gonçalves, cuja irmandade era mantida pelos africanos jejes⁸ (que não aparecem nos batismos da Conceição) e a de Santa Bárbara. Era das freguesias com menor número de templos religiosos. Em compensação a catedral da Conceição da Praia demandou um século inteiro de obras para ficar completa.

Depois disso a freguesia se tornava uma sucessão de prédios e pequenas enseadas, a mais famosa a da Preguiça onde havia um ancoradouro para pequenas embarcações, e onde a freguesia fazia fronteira com a de São Pedro Velho, que subia a ladeira da Preguiça até o sítio de São Bento, e a Vitória, na altura do Unhão.

* * *

⁶ Kátia Matoso nos anos 1980 encontrou esquecidos nos porões do Mercado Modelo – que hoje ocupa o prédio da antiga Alfândega – os livros de registro de entrada e saída de mercadorias. Infelizmente somente sobreviveram a partir do final do século XVIII.

⁷ Certa vez um escravo crioulo da Ribeira enviou uma correspondência ao Governador da Capitania conseguindo sua transferência para outro serviço mais leve, pois aquele, na visão da autoridade, era próprio para africanos não negros “nascidos na terra”. Relação da Bahia, Códice 637, L 9, 17/11/1744, Arquivo Nacional.

⁸ Para a presença dos jejes no Corpo Santo ver PARÉ, Nicolau, **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: Unicamp, 2006. p. 82-90.

Era neste ambiente de becos e vielas, que ficavam por trás da enseada tomada de construções, que os escravos da Conceição da Praia ganhavam suas vidas. O ambiente era coalhado de carregadores, de escravos de cangalha, de vendedoras de quitanda, de comércio à varejo e atacado, como testemunham todos os relatos dos que passaram por aquelas ruas entre o século XVIII e os primórdios do XIX.

Conceição da Praia era a área por excelência da presença escrava na cidade, até pela natureza de suas atividades econômicas fundamentais. Um censo de 1724 fornece uma amostra do peso do trabalho escravo em comparação com outras freguesias. Enquanto a Sé registrou 3.992 escravos, a Conceição da Praia tinha 2.820. Entretanto, na Conceição estes cativos perfaziam 57,1% da população, enquanto na Sé eram 50,9%.⁹

Nosso objetivo neste artigo é perceber como a documentação de batismo de africanos da freguesia da Conceição da Paria pode informar daquela escravidão peculiar que se desenhava nas ruas daquela estreita e peculiar região da cidade da Bahia. Estudos sobre escravidão negra com base em registros de batismo de escravos não são novidade na historiografia brasileira.¹⁰ Mas a diferença nossa é que procuramos delimitar nosso campo para os africanos, mesmo aqueles que não são escravos, destacando crioulos em batismo somente quando tem registro de mães africanas. Assim, ao invés de dar centralidade à categoria escrava nos buscamos recuperar, pela ótica dos registros eclesiásticos, a condição africana na Bahia do século XVIII, com suas variações de “nações”, étnicas e culturais.

A primeira informação importante deriva da origem dos africanos. Na Tabela 1 vemos o peso esmagador da Costa da Mina entre os africanos batizados na Praia. Os

⁹ FRANÇA, Padre Gonçalo Soares de. Dissertações da história eclesiástica do Brasil (1724). Sociedade de Geografia de Lisboa, Manuscritos reservados 1-C-147, cf. SCHWARTZ, Stuart. Alforria na Bahia 1684-1745. In: ____, **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001. p.174.

¹⁰ Para um artigo recente sobre compadrio de escravos ver MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR) na passagem do século XVIII: para o XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 49-77, jul-dez. 2006. Ver também FERREIRA, Roberto Guedes. **Na pia batismal. Família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000 e NEVES, Maria Rodrigues. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo no século XIX. In: NADALIN, Sérgio Odilon, MARCÍLIO, Maria Luiza (Orgs.). **História e População: estudos sobre a América Latina**. Belo Horizonte: Seade/ABEP/Iuspp, 1990. p.240-249. BOTELHO, Tarcísio, Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros, Minas Gerais, século XIX. **Lócus**, UFJF, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 108-115, 1997.

minas tem presença amplamente majoritária entre os registros de batismo de africanos na Bahia destes anos, com exceção da Sé. O termo incluía grande variedade de povos diferentes embarcados em larga costa da África ocidental. Mas alguns detalhes devem ser melhor observados.

Os ardra – ou aladas e ardas – eram no século XVII amplamente disseminados na Bahia, e estavam entre as nações mais importantes da América Portuguesa na virada para o século XVIII. Todos os ardras aqui registrados foram batizados apenas entre 1702 e 1703. O termo vinha da cidade-estado de Allada, e era aplicado aos cativos capturados em seu entorno e vendidos em seu litoral. Em plena guerra holandesa, em 1648, Henrique Dias, capitão do Terço de Pretos, referia-se aos “ardas” como uma das nações de seu Regimento.¹¹ Antonil quase meio século depois, em 1706, aponta os ardas como uma das grandes nações africanas do Brasil, juntamente com os minas, congos, São Tomé, angolas e moçambiques.¹² O etnônimo ardra desaparece dos registros baianos após 1724, quando a cidade cai sob o jugo do Rei do Daomé.

Os angolas são apenas dois, mas batizados somente entre 1738 e 1744, quando o tráfico entre Luanda e Bahia assiste um regresso. De qualquer modo angolas, como já falamos, eram costumeiramente batizados em Luanda, onde havia bispado, e não na América.¹³ Mais surpreendente era o número de moçambiques na Conceição. Entre 1736 e 1750 onze moçambiques receberam batismo na matriz da Sé. De acordo com Antonil eles vinham na nau das Índias, que aportavam na Bahia na última escala da Carreira antes da ancoragem em Lisboa.¹⁴ Destes africanos orientais cinco foram em um único dia: em 4 de outubro de 1747 Manoel José Rodrigues batizou cinco africano de nação Moçambique, cujo padrinho foi um cativo de nome Eliseu, propriedade de um provável compadre de Manoel de nome Manoel dos Santos Chaves. Africanos orientais nunca se destacaram no tráfico para a Bahia.

A única jeje na Praia era uma mulher de nome Marcelina batizada em 27 de setembro de 1750, escrava de Antônio dos Santos, cujo padrinho foi o escravo de nome

¹¹ RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 35. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 389, todos citados em PARES, Nicolau, Op. Cit., p. 24.

¹² ANTONIL, André João, **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva, São Paulo, Edusp, 2007. p. 123; cf. PARÉ, Nicolau. Op. Cit., p. 24.

¹³ O Angola Manuel, escravo de Francisco Gonçalves Barbosa, foi batizado “subconditione” que era em dúvida se tinha recebido o sacramento antes na costa da África.

¹⁴ ANTONIL, André. Op. Cit.

Manoel de Souza e madrinha a preta livre Eugênia de Souza da Rocha. Muito pouco para quem dominava os registros batismais na freguesia da Sé, logo acima.¹⁵

Também é singular a presença de dois africanos de Cacheu, nação mais comumente encontrada em São Luís do Maranhão.¹⁶ Seus nomes eram Joaquim e João e chegaram aqui respectivamente em 1745 e 1748. João foi batizado junto com outros seis escravos minas. Joaquim, “gentio de Cacheu” era escravo de João Ferreira da Silva, e foi batizado sozinho, com um padrinho forro e uma madrinha escrava.

O único calabar da amostra tinha nome de Francisco e era propriedade de Paulo Barbosa de Faria e foi batizado em 8 de setembro de 1750, tendo como padrinho e madrinha escravos como ele. Um “gentio” de Cabo Verde e um Benguela completam a fase das pequenas nações, antes da enxurrada de gentios da Costa e Minas, amplamente majoritários.

Um dado comparativo interessante é com o artigo de Schwartz sobre alforria na cidade de Salvador entre final do século XVII e o XVIII.¹⁷ Na lista de Schwartz de 292 africanos forros o destaque fica com os minas, com 112 membros (38%) os Guiné com 105 (35%) os angola (42, ou 14%) e por fim os arda com 10 (3,4%).¹⁸ Os dados sobre alforria coletados por Schwartz se distanciam daqueles da Conceição da Praia na primeira metade do século XVIII, se bem que os angolas nos termos de batismo sejam sub-representados como já afirmamos e os guiné fossem muito mais numerosos antes de 1724, como afirma o próprio Schwartz. Desta mesma época começa a se destacar os minas, como resultado da fundação do forte de Ajuda em 1721.

Outro patamar (tabela 2) da pesquisa se refere ao padrão numérico entre homens e mulheres. Como em todas as freguesias de Salvador no período, Conceição da Praia registra presença maior de mulheres africanas do que de homens africanos. Pouco mais da metade eram mulheres, entretanto o grande número de registros ilegíveis de africanos não permite uma percentagem precisa. A tendência da Praia era concentrar escravos

¹⁵ Para os africanos jejes batizados na freguesia da Sé ver SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Instruído na fé, batizado em pé: batismo de africanos na Sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII 1734-1742. **Afro - Ásia**, Salvador, n. 39, p. 79-113, 2009.

¹⁶ Para o tráfico em direção ao Maranhão e Pará na virada do XVII para o XVIII ver artigo de CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do atlântico equatorial: tráfico negreiro para os estados do Maranhão e Pará. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, jul-dez de 2006.

¹⁷ SCHWARTZ, Stuart. Alforria na Bahia 1684-1745... Op. Cit., p. 165-212.

¹⁸ Os minas formavam na Bahia neste período subgrupos como mina ladini (ou Lada) mina courani (muito comum nas Minas Gerais) e os mina sabara, que podia ser savalu. SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit. p. 181.

carregadores e quitandeiras, em uma área fortemente comercial e de transporte, em contraste com a Sé, freguesia residencial da elite, onde naturalmente era maior o número de domésticos.¹⁹ Assim a presença ligeiramente superior do sexo feminino na Sé tem razão de ser.

Outro dado aproximado sobre o africano se refere ao padrão etário. Não existia preocupação – nem capacidade – de registrar a idade exata do africano, mas mesmo com esta ressalva um grande número deles recebeu indicação de pertencer a determinada faixa. Assim, como vemos na tabela 6 que nada menos de 90% destes africanos eram *adultos* para o padrão da época. A população de *africanos novos* chegados na Conceição da Praia na primeira metade do século XVIII era predominantemente de adultos da Costa da Mina.

Na tabela 3 vemos a frequência dos batismos por ano. Claro está que este padrão tem relação sensível com os movimentos do trato negreiro, mas também responde por questões locais. Os ardra são um grupo exemplar neste sentido, como falamos acima. Mas qual a causa de no ano de 1701 apenas três africanos terem sido batizados em Conceição da Praia? O fato de a igreja estar em reforma teve impacto? Possivelmente não, pois a obra não eliminou a igreja velha, como já foi colocado.

No ano de 1748 tivemos, ao oposto, a quantidade inédita de 261 batismos. Um ano particularmente intenso, com uma média de quase 1 batismo de africano por dia. Este ano é importante como medida daqueles meses em que normalmente mais ocorriam batismos de africanos.

O estado civil (tabela 4) era uma informação quase sempre fixada somente nas mulheres. Mas a percentagem baixa de mulheres solteiras como proprietárias aponta que muitas senhoras herdavam de seus maridos, comerciantes residentes na Praia, os cativos colocados em atividades comerciais e de serviços. Sintomaticamente, a proprietária que mais batizou africanos na Conceição da Praia, de acordo com os registros que sobreviveram ao tempo, foi Joana do Nascimento, com 12 *adultos* da Costa da Mina que entraram em batismo entre 1736 e 1748, e que era viúva de Manoel Gonçalves Vianna, que faleceu antes de 1736, ano do primeiro batismo registrado por ela.²⁰

¹⁹ O citado censo de 1724 mostra 186 “criados” na Sé como 1.303 “fogos” para 79 criados na Conceição da Praia para apenas 980 fogos.

²⁰ Manoel Gonçalves Vianna não foi localizado entre os proprietários.

Quando computamos a ocupação dos senhores repetimos o padrão de outras freguesias como a Sé: as ocupações públicas, como militares, religiosos e funcionários da justiça dominam o cenário, mas duas exceções são notáveis: Domingos de Aguiar, navegante, que batizou um único africano da nação mina em 8 de setembro de 1747, e Antonio de Araújo Santos, patrão-mor de uma barca ancorada na baía, cuja escrava mina Inácia recebeu o sacramento do batismo em 31 de agosto de 1738.

Entretanto, o que computamos na tabela 5 é a frequência de determinada ocupação, e não a quantidade de indivíduos diferentes efetivamente registrados. Desta forma, na realidade temos 53 proprietários com a ocupação de capitão, sendo que um único oficial, Gregório Pereira, aparece 8 vezes na década entre 1738 e 1748. A grande maioria aparece uma única vez. Os padres são mais sóbrios. Na realidade havia 20 padres que se revezam como proprietários na Conceição da Praia, sendo que o que mais mandou batizar escravos africanos, Baltazar Pereira Porto, entrou com apenas três em 21 de abril de 1748. Ao contrário da Sé, religiosos não se destacam muito no ambiente mercantil da freguesia da Praia.

Dos licenciados (professores) João Cardoso Miranda patrocinou apenas dois batismos de africanos. Dois doutores, Francisco de Almeida e João Pereira, tiveram cada um dois africanos na pia batismal da igreja matriz. Assim o registro de ocupações na Praia é muito tênue para o conjunto de proprietários. Nada menos de 1757 registros (83%) não tem qualquer informação sobre sua ocupação do proprietário.

Mas quantos eram efetivamente estes proprietários do sexo masculino? Daqueles mais de mil registros de donos homens inscritos na tabela 7, podemos retirar com segurança que representavam apenas 969 indivíduos, quase dois escravos em média para cada proprietário.

As mulheres tem uma média bem menor do que os homens entre proprietários, o que era esperado daquela sociedade fortemente masculinizada. Os 227 registros de escravos batizados com senhores do sexo feminino, apenas representavam 163 mulheres diferentes. Destas senhoras 131 (80%) tinham apenas entrado uma única vez no registro com um africano. Logicamente a exclusão de crioulos cria distorções nos dados, mas não retira sua representatividade em época de intensa importação de africanos.

Para os homens aqueles com apenas um escravo africano em batismo eram apenas 662 ou 68% deles. A média de escravos por senhores era sensivelmente maior

entre homens do que entre as mulheres. Mas o dado mais marcante da Conceição da Praia era de proprietário de escravos africanos também encerrados na condição escrava.

Senhores em cativo

No dia 11 de maio de 1748 foi batizado na matriz da Conceição da Praia uma escrava africana *adulta* de nome Ana, da nação Mina. Seu senhor tinha o nome de Manoel da Silva. Apesar das aparências, era um escravo pardo, propriedade de José da Cruz. O padrinho de Ana também foi um escravo, Narcizo, pertencente a Francisco Fernandes, morador na freguesia de São Pedro Velho. A madrinha era igualmente escrava, Rita, pertencente a dona Maria Álvares, igualmente residente em São Pedro. Batizando, senhor, padrinho, madrinha, todos unidos pela mesma corrente da escravidão. Este fenômeno se repetiu pelo menos 11 vezes na primeira metade do século XVIII na catedral da Conceição da Praia entre 1738 e 1749. Vamos agora focar nosso olhar sobre este tipo *sui generis* de propriedade escrava: escravos que são donos de outros escravos.

Um número espantoso de escravos que possuíam escravos na freguesia da Conceição da Praia na primeira metade do século XVIII. Nada menos de 33 escravos batizaram seus cativos africanos naquela freguesia. Dezoito mulheres e quinze homens. Alguns chegaram a batizar dois africanos, como Antonia, escrava de Joaquim Alves dos Santos, que batizou dois escravos da Costa da Mina entre 25 de agosto de 1743 e 27 de outubro de 1748, e José de França, escravo de Valério de França Pontes, que batizou seus dois africanos em um único dia, aos 24 de maio de 1744.

De nenhum deles conseguimos depreender a nação africana, mas a origem, mesmo raramente, aparece. É o caso de Manuel da Silva, *pardo* escravo de José da Cruz, e que batizou em 11 de maio de 1748 uma escrava mina de nome Ana, e Antonio, crioulo, de Joaquim Alvares dos Santos, que fez batizar sua escrava mina Rosa em 17 de maio de 1744. Parece que esta informação da “origem” africana, para o escrivão da Conceição, era irrelevante, ao contrário do que ocorria com o escrivão da Sé. De alguns escravos proprietários inclusive não consta nem o nome, como um “preto” pertencente a Jerônimo da Silva, que batizou um homem adulto mina em 18 de fevereiro de 1748. Alguns nem pareciam escravos, como Manoel Gonçalves Moura, cujo nome do dono

não aparece no registro e que batizou dois minas, José e Cristóvão em um único dia, 13 de setembro de 1744.

Acreditamos que estes cativos que tem cativos compravam africanos no efervescente comércio negreiro da praça da Conceição da Praia da primeira metade do século XVIII para utiliza-los em atividades comerciais de *ganho* que deveriam ser muitas naquela estreita parte da cidade. Praça que abastecia grande parte do Brasil então.

Mas temos que aprofundar ainda mais neste estrato em busca de respostas. O padrinho era parte importante desta relação. Quase a metade destes padrinhos (17 ou 51%) eram também escravos, o que configura uma relação tríplice do escravo batizado, o escravo senhor e o escravo padrinho. Um dos padrinhos, Joaquim escravo de Antonio Touginho, além de ser padrinho de Ana do gentio da Costa da Mina, escrava de Antunes, por sua vez propriedade de Ângela Maria, em 30 de junho de 1748, tinha sido convocado como padrinho antes de pelo menos 13 (treze) africanos entre 1737 e 1751. Sempre para escravos da Costa da Mina. O que aponta que Joaquim era um padrinho concorrido da comunidade africana da Conceição da Praia.

É interessante nos voltarmos para a informação da freguesia de residência destes padrinhos ou do senhor do padrinho. A partir desta informação podemos tocar na rede geográfica que as relações de compadrio criavam na Bahia urbana.

Destes 33 senhores *sui generis* pelo menos vinte e dois (66%) registraram a própria freguesia da Praia como local de morada deles, ou de seus donos. Dois vem de São Pedro e dois do Pilar, além de sete sem registro. Este dado era esperado, e mostra uma densa população escrava residindo naquela área comercial da cidade.

Se voltarmos os olhos para as madrinhas de senhores escravos veremos dados semelhantes. Apenas 23 madrinhas apareceram no batismo, capitaneados por senhores em cativo. Destas madrinhas dezoito residiam na própria Conceição da Praia, duas na Sé e duas em São Pedro. Tanto padrinhos como madrinhas residiam quase sempre na Conceição da Praia ou em áreas limítrofes da freguesia.

Mas é um número considerável na comparação com outras freguesias. Entre as madrinhas convocadas por senhores cativos temos 17 de condição escrava, sendo que uma, Marta, escrava de dona Ana de Mendonça, em 24 de maio de 1744, participou do batismo de dois africanos, Miguel e Inácia, ambos minas, bens de José de França,

escravo de Valério de França Pontes. Escravos são assim – como presumíamos – bastante presentes no compadrio quando o senhor era escravo. Curiosamente, os homens eram maioria entre os proprietários escravos com madrinhas também cativas: 10 senhores para sete senhoras. E estas escravas foram madrinhas tanto de negras do que de negros: eram nove africanas e oito africanos, um quase total equilíbrio.

Havia uma evidente reserva dos escrivães em registrar a origem africana dos senhores, o que se entende em uma sociedade fortemente marcada pelo jugo do africano ao europeu ou branco descendente nascido em terras americanas (*mazombo*). Somente crioulos como Antonio, escravo de Joaquim Álvares dos Santos, que batizou uma *adulta* da Costa da Mina em 17 de maio de 1744 e Manoel da Silva, pardo, dono de Ana Mina, e por sua vez cativo de José da Cruz quando adentrou o templo da Praia em 11 de maio de 1748, tiveram sua origem relatadas.

Quanto as freguesias de moradia destes escravos os dados corroboram que a ampla maioria (23) residia sim na Conceição da Praia (apenas um morava na Sé, dois em São Pedro, e no Pilar e um em Sacramento) o que apoia a hipótese de que seus escravos eram empregados naquela freguesia mesma. Para as madrinhas 19 são residentes na dita freguesia, divididas as outras entre Sé (uma) São Pedro (3) e Sacramento (uma) um padrão semelhante. Em resumo, escravo dono de escravo era um fenômeno mais frequente na Conceição da Praia do que em qualquer outra parte da cidade, o que certamente é reflexo do forte papel comercial daquela região, em uma época também de forte alta da atividade comercial na colônia.

Libertos proprietários

Um dos dados mais intrigantes é relativo aos libertos e forros donos de escravos. Na Tabela 8 vemos os dados referentes aos forros que batizaram africanos na Praia na 1ª metade do século XVIII. Eram 53 registros de propriedade escrava para forros, mas na verdade nada menos de 73% dos ex-escravos proprietários de escravos eram mulheres. Este número surpreendente de libertas com certa renda para comprar cativos africanos em época de alta de preço surpreende aqueles que olham uma sociedade urbana ainda incipiente.

Em um olhar mais detalhado vemos que algumas chegavam além. Os 39 registros na realidade eram 35 libertas, pois algumas ainda guardavam a regalia de ter

mais de um cativo. Florência Pereira adquiriu um casal de africanos minas, batizados entre 1748 e 1750. Luzia Barbosa teve duas mulheres da Costa da Mina entre 7 de julho de 1748 e 29 de junho de 1749. Adquirir dois africanos – pode ser que ela tivesse comprado crioulos, o que não registramos – no prazo de dois anos é uma proeza para alguém egresso da escravidão. E não estava sozinha. Maria Ferreira de Souza comprou duas mulheres minas de julho de 1746 até fevereiro de 1751. Um longo caminho mais apropriado para uma liberta naquela sociedade fortemente hierarquizada.

Sotéria Pinheiro era parte de grupo seletivo de libertas. No mesmo 20 de dezembro de 1746 ela, uma parda, colocou para o batismo duas africanas do gentio da Mina. Aliás boa parte destes escravos de libertas eram do sexo feminino. Eram 42 escravas para apenas 6 escravos. Como podemos ler estes dados? Estas mulheres estavam operando em um mercado altamente competitivo, abastecendo de gêneros alimentícios escravos que percorriam ruidosamente as ruas da parte comercial da cidade. O afã de subir e descer com mercadorias e pessoas da cidade baixa para a alta movimentava a economia ambulante. Estas mulheres pretas e pardas – novamente não sabemos a nação da grande maioria delas - compravam africanas como auxiliares para o negócio do *ganho*, a porta de saída de muitas delas das correntes do cativeiro. Agora, uma nova geração sentia o jugo de suas iguais. Mas e os homens libertos, seguiam idêntico padrão?

E os homens! Eram apenas 14 registros de forros donos de africanos. Mas na realidade parece serem apenas 11 forros! Apesar de os homens terem aparentemente um padrão de poder maior que as mulheres. Antonio Soares, preto forro, batizou três africanos entre 1745 e 1747, sendo que dois em um único dia: 29 de setembro de 1747. O problema fica quando o liberto tem algum homônimo, o que deveria ser comum em uma sociedade com tão poucas variações de nomes: Geraldo Barbosa e Francisco do Rosário aparecem quatro vezes no registro total, mas uma vez apenas como libertos. É difícil definir se a condição jurídica foi esquecida ou se é apenas mais um caso de homônimo!

O que podemos ter por certo é que os libertos tinham mais africanas que africanos. Eram nove mulheres e cinco homens. Esta predileção por mulheres também vimos entre as libertas. Pode ter relação com o padrão escravo da região, mas esperávamos uma presença maior de carregadores. A cor também traz substância. Apenas um liberto era pardo – Antônio Álvares. Outros tinham nomes pomposos, como

que tentando escapar do estigma que marcava o alforriado para toda a vida, como Antônio Mendes de Magalhães, que batizou uma africana mina em 21 de janeiro de 1748.

E entre os padrinhos escolhidos por estes libertos proprietários temos percentagem expressiva de escravos: foram sete oportunidades em que cativos fizeram este papel para três forros. Um destes padrinhos gozava de alto prestígio: o preto forro Francisco Machado participou de seis cerimônias de batismo de africanos na Conceição naquele meio século. Um sinal de que gozava de prestígio entre senhores. Possivelmente ele era um africano liberto reconhecido em sua comunidade. Quanto as madrinhas eram oito escravas, e as restantes não tinham a condição jurídica marcada – o que aponta para a tendência de que eram livres. Nem madrinhas nem padrinhos tinham registro de nação africana. Dois pardos padrinhos é o que restou. A maioria esmagadora residia na mesma freguesia da matriz. Antônio, escravo de Manuel Francisco Picão, foi padrinho em duas oportunidades.

Senhores da praia

Na Tabela 9 passamos para o total de padrinhos escravos e forros dos 2105 africanos. Uma esmagadora presença de 860 oportunidades em que um escravo fazia o papel de padrinho nos leva a tecer a hipótese que uma grande parte deles eram africanos, cuja origem era novamente escondida pela escriba da igreja. Destes 862 registros de cativos chamados para padrinhos de africanos temos apenas 555 indivíduos. A frequência com que alguns escravos são convocados causa surpresa. Um tal de Antônio, escravo de Manoel Coelho dos Santos aparece como padrinho de africanos nada menos que 27 vezes – mais que Antonio, escravo de Manoel Álvares, o mega proprietário que aparece no início do artigo em 19 batismos! Muito provavelmente Antonio também foi convocado para batismo de crioulos, mas não registramos isso.

Quanto aos padrinhos forros, percebemos uma profunda redução. A maioria esmagadora dos africanos batizados era escravo, o que ajuda a entender a ampla maioria de escravos como padrinhos. Mas deve ser considerado o alto número de livres e pessoas sem registro da condição jurídica como padrinhos. Quase metade, ou 51% eram livres, o que reflete também o peso do compadrio naquela sociedade, mesmo para escravos.

Para a Tabela 10 vemos a frequência com que alguns senhores batizavam escravos. Conceição da Praia era, sem dúvida nenhuma, a região de Salvador colonial com a maior concentração da propriedade escrava, em outras palavras, onde residiam os senhores com maior quantidade de escravos. Acreditamos que este padrão acima visto normalmente em regiões urbanas se deve ao fato de que muitos destes supostos proprietários na verdade eram comerciantes, que revendiam os boçais no aquecido mercado negreiro da Bahia da 1ª metade do século XVIII.

Como explicar Manoel de Carvalho com 35 batismos de africanos em um único dia! Diferente deve ser o caso de Miguel Domingues Braga, que durante 14 anos batizou apenas 23 africanos entre 30 de maio de 1737 e 30 de maio de 1751. Apenas uma única vez, em 23 de maio de 1751, ele batizou três africanos ao mesmo tempo, o que dificulta vê-lo como um comerciante de *grosso trato*. Pode ser que colocasse escravas (eram 8 mulheres e 15 homens) ao ganho na área comercial da cidade. Entre os padrinhos e madrinhas 16 escravos e 11 escravas.

José Francisco da Cruz batizou 22 africanos entre 15 de junho de 1738 e 27 de agosto de 1747. O que causa estranheza é que eram 21 homens e 1 mulher! Todos da nação Mina! Certamente eram colocados no trabalho pesado dos embarcadouros da região. Quase todos os padrinhos (menos um) convocados por Francisco eram escravos! As madrinhas tinham perfil mais variado: 16 escravas, duas forras (quatro casos não houve madrinha). Como em no padrão geral, a ausência de madrinhas era mais comum que a de padrinhos.

José Pereira Coelho era possivelmente outro comerciante do trato negreiro. No dia 28 de agosto de 1747 ele batizou nada menos de 23 africanos da Costa da Mina! O padrinho era um solitário escravo, Antônio, de Manoel Coelho dos Santos. Todos adultos do sexo masculino. A resposta exata para a demanda de trabalho nas minas ou nas plantações de açúcar e fumo. Esta sangria de homens africanos para fora da cidade também ajuda a explicar a presença majoritária de mulheres entre africanos no meio urbano.

Entretanto, o que percebermos nesta tabela 10 é que Conceição da Praia tinha um número surpreendente de senhores com quantidades expressivas de cativos, como por exemplo, dez senhores com seis escravos, relatando apenas os africanos. Um padrão acima da média de outras freguesias da cidade (vide a Sé, área nobre da cidade e de alta

renda). Podemos especular que estes pretos africanos tem alta rentabilidade, principalmente em uma região com comércio de rua vigoroso e demanda por escravos em transporte e infra-estrutura. Isto tudo combinado com os mercados de *negros novos* em um contexto no qual a Bahia era o grande empório de pretos minas para as minas do sul. Mesmo assim, a ampla maioria estava dentro do padrão convencional da escravidão urbana.

Na tabela 11 vemos que o registro de cor dos padrinhos era reduzido. Mas mesmo com estes dados podemos ver a ampla superioridade de pretos sobre pardos e sobre crioulos. Isso reflete a forte presença de escravos. Mas curiosamente entre os pretos padrinhos 104 são forros e apenas 10 são escravos. Poucos escravos padrinhos recebem o epíteto de *pretos*, o que pode soar como redundância na época. Era mais lógico chamar o forro de preto. Os pardos gozavam de maior tolerância naquele mundo, como é sabido, sendo a totalidade deles nascidos no Brasil. Pretos podiam ser africanos ou não. O termo crioulo tanto podia se referir ao nascido na terra como ao nascido aqui mas de cor preta, se contrapondo aos pardos. A diferença dos crioulos para pardos neste registro mostra que o sentido mais comum inscrito na Bahia deste momento é de nascido na terra.

Entre as mulheres vemos que se dá algo diferente. Uma porcentagem maior delas é registrada como da cor preta. E as pessoas de cor parda são muito menos presentes entre as mulheres. Isso pode apontar maior presença de africanas entre as mulheres. Sintomático que há um único padrinho mestiço. E a porcentagem menor de crioulas mesmo havendo mais madrinhas que padrinhos corrobora a hipótese de que a origem africana era mais forte entre o sexo feminino. O que, aliás, apoia os dados para batismo em que africanas superam africanos, se bem que em escala menor. Por último, reforçando a singularidade destes dados, as madrinhas, como dissemos são menos frequentes que os padrinhos no cômputo geral.

A razão da presença escrava entre madrinhas responde em parte pelo papel que estes africanos têm na rede de compadrio de seus iguais. A tabela 13 pode ser comparada com a tabela 9. Os escravos eram mais patentes no compadrio que as escravas – 84% para 77% – apesar de existirem mais escravas que escravos no compadrio de africanos. Um equilíbrio maior ronda as cativas. Se a presença de mulheres era menos requisitada que a de homens no compadrio em geral, os dados

sobre cativos corem contra a corrente. Resta comparar estes dados com os dados referentes às madrinhas não escravas de africanos.

Apenas 94 madrinhas supostamente livres surgem no registro. Prova que as livres não freqüentavam assiduamente cerimônias de cativos. Em nenhuma destas supostas livres tem dados sobre estado civil. Em 722 casos a madrinha era ausente.

Entre os padrinhos, em 47 casos eram ausentes. Em um total de 1069 casos os padrinhos eram livres, o que correspondia a metade dos casos. Os padrinhos podem ser comparados em duas dimensões. Em 55 casos o padrinho era um livre e a madrinha escrava! Em 77 casos o padrinho era liberto e a madrinha escrava! E em 444 casos o padrinho era escravo e a madrinha também.

E invertendo posições! Em 29 casos o padrinho era livre e a madrinha forra! Em 70 casos o padrinho era liberto e a madrinha também! E em 120 casos a madrinha forra entrava na catedral da Conceição da Praia sozinha sem um padrinho. Vemos assim que a tendência mais acentuada era escravos e escravas coabitarem um mesmo registro de batismo no compadrio.

Os registros sobre estado civil sempre foram frágeis no século XVIII. No caso dos padrinhos de africanos vemos que a condição de não-casado se destaca. Certamente para os escrivães do livro de termos de batismo da igreja da Praia esta não era uma informação relevante. De qualquer modo, casamento era um fenômeno raro naquele tempo, restrito em geral às famílias da elite, e até mais comum em escravos de grandes fazendas do que para pobres livres, mesmo urbanos, pelo custo e principalmente a falta de interesse pelos mais pobres. A ausência de matrimônio pesava mais contra mulheres do que para os homens, e mais para as brancas do que para pretas e pardas, e as de classe mais alta.

Apenas quatro das madrinhas solteiras tem seu estado civil registrado. E duas viúvas. Um ínfimo registro em universo tão amplo. Mais importante é a ocupação dos padrinhos. Por meio deste registro vemos semelhança com aquele dos senhores. As funções públicas dominam o registro, tendo relevo as de padre e capitão. Se agruparmos religiosos e militares em campos opostos veremos que os segundos tendem a superar. Para estes militares ter um escravo na área comercial da cidade significava usufruir uma renda extra que contrabalançava os poucos soldos pagos pela coroa, muitas vezes atrasados. E ter escravos era compartilhar as responsabilidades com outros proprietários,

muitas vezes compadres, que trocavam cativos em cerimônias como marca da camaradagem senhorial.

Para padres e religiosos ser padrinho de africanos era uma forma de levá-los mais próximos da religião católica, uma forma de tutelá-los de outra maneira, na medida em que o padrinho tinha um dever de intermediar os interesses do escravo, que estava além dos deveres do senhor, como surge no artigo de Schwartz já mencionado. Mulheres não tem registro de ocupação.

No padrão de moradia do padrinho podemos perceber se a freguesia e sua matriz exerciam certo poder de atração sobre populações de outras partes da cidade. Como área de trabalho comercial mais do que qualquer outra ela podia centralizar a atenção de pessoas vindas dos pontos mais distantes da cidade e até além. Na Tabela 17 vemos que a Conceição era freqüentada principalmente pelos seus residentes, mas existiam pessoas oriundas dos quatro pontos cardeais da cidade da Bahia que escolhiam a matriz da Praia como lugar do sacramento mais importante para seus africanos.

A Sé era fronteira da Conceição, logo subindo a montanha, e muitos indivíduos logicamente devem ter participado destas cerimônias. Pilar era também uma freguesia portuária, na face norte do litoral da cidade, no rumo do Bonfim, que foi erigida nesta época. São Pedro Velho era intermediário entre a Sé a Vitória, e teve forte crescimento nesta época. Vemos que quanto mais distante do centro antigo menos moradores tem uma freguesia, como Rosário, face norte da Sé (atual Pelourinho) e Santo Antônio, subindo no rumo do Carmo. E até mesmo de partes distantes da cidade, como da vila de São Paulo e Ilhéus apareciam moradores.

Na tabela 18 vemos, para comparação com o que vimos acima, os escravos padrinhos por freguesia de morada. É desproporcional a maioria de escravos arrebanhados como padrinhos oriundos da mesma Conceição da Praia, o que aponta que muitos destes cativos padrinhos eram companheiros da mesma labuta na qual estes africanos irão ingressar, talvez veteranos do trabalho árduo da estiva, e no qual muitos ficaram encerrados até a morte. Repetindo o padrão, vemos a Sé como o segundo local, seguido de São Pedro e o Pilar, podemos intuir que eram as freguesias mais populosas da cidade do Salvador naquela primeira metade do século XVIII. Em síntese, os senhores moradores na freguesia recorriam primordialmente aos seus vizinhos da

Conceição da Praia para arregimentar relações de apadrinhamento para seus africanos recém-chegados.

Entre as madrinhas vemos diferenças agudas. O Pilar surge como o segundo bairro registrado de origem para estas mulheres, seguido pela Sé, o Rosário e São Pedro, Desterro e Rosário. Comparando somente com os dados das escravas na tabela 20 vemos muita semelhança, inclusive na percentagem das que moravam na Sé. O Pilar era a seguinte. Assim, o padrão das escravas se assemelhava das mulheres forras e livres, mesmo sabendo que percentagem grande das madrinhas não tinha registro de endereço.

Conclusão

A presença de africanos arrancados de suas terras nas praias da Bahia sempre foi um lugar comum nos relatos de viajantes. Mas as origens destes homens e mulheres era e é motivo de controvérsia. Conceição da Praia é uma freguesia amplamente dominada pelos denominados minas, naquela quadra que foi denominada de ciclo da Costa da Mina. O termo ciclo sugere equívocos que devem ser sanados – como a não continuidade das rotas anteriores do tráfico – mas não resta dúvida que os africanos ocidentais, especificamente os embarcados na longa costa leste, chamado o Gentio da Mina, marcaram profundamente a identidade do povo da Bahia nos últimos três séculos.

De frente para o mar, que os trouxe, (de uma viagem que para muitos não teve retorno) a Conceição da Praia para estes africanos era um mundo particular, com seus ancoradouros, trapiches, ruas de mercado, com novas oportunidades de ganho, dentro do estreito mundo da escravidão africana na Bahia.

TABELAS

TABELA 1
CONCEIÇÃO DA PRAIA: AFRICANOS POR NAÇÃO
1700-1751

		%
Mina	2.035	96,0
Gentio da Costa	45	2,5
Angola	2	0,10
Ardra	4	0,1
Cabo Verde	1	0,06
Benguela	1	0,06
Cacheo	2	0,10
Calabar	1	0,06
Jeje	1	0,06
Moçambique	11	0,7
Total	2.103	100,0

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

TABELA 2
CONCEIÇÃO DA PRAIA:
AFRICANOS POR SEXO
1734 – 1742 %

Homens	998	47
Mulheres	1086	51
Indefinido	19	2
Total	2103	100

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

TABELA 3
AFRICANOS BATIZADOS NA
CONCEIÇÃO DA PRAIA POR ANO
1700 – 1751

Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano
1700	12	1730	20	1745	177
1701	3	1731	35	1746	173
1702	9	1736	67	1747	162
1703	12	1737	177	1748	261
1704	9	1738	234	1749	168
1705	5	1739	43	1750	62
1706	20	1743	94	1751	159
1707	28	1744	173		

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

TABELA 4
PROPRIETÁRIOS DE AFRICANOS POR ESTADO CIVIL
1700 – 1751
mulheres homens

Viúvo/a	14	0
Solteiro/a	8*	3
Casado/a	22	3

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

* Duas das solteiras são forras

TABELA 5
CONCEIÇÃO DA PRAIA: PROPRIETÁRIOS
DE AFRICANOS POR OCUPAÇÃO
1700 – 1751
%

Capitão	91	52
Padre	27	15,5
Doutor	9	5
Licenciado	9	5
Desembargador	5	2,8
Sargento-mor	5	2,8
Alferes	5	2,8
Ajudante	5	2,8
Capitão-mor	4	2,2
Coronel	3	1,7
Alcaide-Mor	2	1,1
Capitão de Mar e Guerra	2	1,1
Madre do Desterro	1	0,5
Religiosa de Santa Clara	1	0,5
Guarda-Mor	1	0,5
Comissário-geral	1	0,5
Navegante	1	0,5
Patrão-Mor	1	0,5
Total	74	100

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

TABELA 6
CONCEIÇÃO DA PRAIA: AFRICANOS
BATIZADOS POR FAIXA ETÁRIA
1700 – 1751
%

Rapaz e rapariga adultos	10	0,70
Rapariga	1	0,05
Párvulo	58	2,7
Inocente	1	0,05
De peito	1	0,05
Adulto	1898	90
Indeterminado	134	6,3
Total	2103	100,00

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador

TABELA 7
CONCEIÇÃO DA PRAIA: SENHORES DE
AFRICANOS POR SEXO 1700- 1751
%

Homem	1756	83
Mulher	227	10,3
Indeterminado	130	6,7
Total	2103	100

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

TABELA 8
CONCEIÇÃO DA PRAIA:
SENHORES ESCRAVOS OU FORROS
1700 – 1751

	Homens	%	mulheres	%	total
Forros	23	33,0	47	67,0	70
Escravos	18	45,0	15	55,0	33

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador

TABELA 9
CONCEIÇÃO DA PRAIA:
PADRINHOS ESCRAVOS E FORROS
1700 – 1751

%		
Escravo	869	84,0
Forro	158	16,0
Total	1027	100,0

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

TABELA 10
CONCEIÇÃO DA PRAIA: QUANTIDADE
DE ESCRAVOS BATISADOS POR SENHORES
1700-1751

Quantidade de senhores	Número de africanos batizados por cada senhor	% dos senhores para o total de proprietários
845	1	70,0
193	2	16,0
73	3	6,0
26	4	2,0
22	5	1,8
10	6	0,8
6	7	0,5
5	8	0,4
1	9	0,08
3	10	0,2
1	12	0,08
1	13	0,08
2	14	0,1
1	15	0,08
1	17	0,08
1	21	0,08
1	22	0,08
1	37	0,08
1	1194	100,00

Fonte: Livros de batismos da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador * total de senhores da Sé

TABELA 11
CONCEIÇÃO DA PRAIA:
PADRINHOS POR COR
1700 – 1751

Preto	114	58,5
Pardo	69	35,3
Mestiço	1	0,5
Crioulo	11	6,7
Total	195	100,0

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

TABELA 12
CONCEIÇÃO DA PRAIA:
MADRINHAS POR COR
1700 – 1751 %

Preta	260	85,0
Parda	35	11,5
Crioula	10	3,5
Total	305	100,0

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-17451. Cúria Metropolitana de Salvador

TABELA 13
CONCEIÇÃO DA PRAIA:
MADRINHAS ESCRAVAS E FORRAS
1700 – 1751
 %

escrava*	973	77,0
Forra	290	23,0
Total	1263	100,0

Fonte: Livros de batismo da Freguesia da Conceição da Praia 1700-1751. Cúria Metropolitana de Salvador

* Das escravas 5 são casadas